

Mas este projeto não trata disso, e quero me ater a ele. Ele trata do financiamento de 750 milhões de reais. Eu gostaria de dizer que, neste caso, tivemos um avanço. Enfim acendeu-se uma luz dentro da Secretaria da Fazenda, pois, pelo menos, não se está fazendo empréstimo em dólares. Queria dizer que vamos votar a favor do projeto. Acendeu-se uma luz após um período de escuridão terrível dentro da Secretaria da Fazenda, em que vários empréstimos foram feitos em moeda estrangeira, deixando o estado de São Paulo em uma vulnerabilidade imensa. Estão aqui os servidores do Poder Judiciário. O Serra deu um prejuízo de um bilhão e 600 milhões de reais em um único empréstimo.

Estou aqui debatendo o deputado Barros Munhoz, que disse que a relação entre real e dólar em 2008 era de dois para um. Em 2008, sim, mas o Serra fez vários empréstimos ao longo de seu Governo. Na época do maior deles, de um bilhão e 150 milhões de reais, a relação entre real e dólar era de 1,77. Hoje, está em 3,10. Estamos pagando agora. Vejam a diferença que vai dar: um bilhão e 600 milhões de reais, por conta da irresponsabilidade do ex-governador de São Paulo, José Serra.

E estamos falando de uma pessoa que teve origem na esquerda. É muito triste que uma pessoa que foi do movimento estudantil tenha tomado uma atitude tão irresponsável com o estado de São Paulo, quando era governador. Um empréstimo de um bilhão e 600 milhões de reais e um prejuízo para o povo de São Paulo, sem contar os demais empréstimos. Foram vários empréstimos. Estamos falando de uma pessoa que diz ter participado da Cepal, da Comissão para o Desenvolvimento da América Latina, uma pessoa que tinha tradição de esquerda, pelo menos até os anos 80, quando virou secretário de Desenvolvimento do Governo Franco Montoro.

Deputado Barros Munhoz, vários empréstimos foram feitos em dólar. Em 2010, quando foi feito o maior deles, com o banco japonês Jbic, a relação entre real e dólar era de 1,77. O Serra fez esse empréstimo. Sabe qual foi o prejuízo que tivemos? Hoje o dólar está em 3,10; no final do ano estará em 3,40. Só nessa brincadeira, estamos pagando um bilhão e 600 milhões de reais a mais, por conta da desvalorização do câmbio.

E quero registrar que essa desvalorização é necessária para proteger a indústria nacional. Precisamos desvalorizar ainda mais. Dizem que a classe média não vai conseguir ir à Disneylândia passear e fazer compras, não vai poder comprar televisão de led de 70 polegadas que vem da China. Vai dificultar? Vai dificultar, mas esse é o preço a pagar para desenvolver o País, para ter os melhores empregos.

No Governo do Lula, os empregos foram gerados na área de prestação de serviços, que paga, no máximo, 1.200 reais. Os empregos na indústria, a cada dia que passa, estão ficando escassos e são eles que puxam a economia. Além de o trabalhador ter um salário maior, ele tem PLR no final do ano e sindicato para defendê-lo. Portanto, trata-se de um trabalhador mais protegido. No setor de serviços, infelizmente, é muito raro existirem sindicatos combativos para defender o trabalhador. Portanto, temos que defender os empregos na indústria, que pagam mais e que realmente puxam a economia e a área de Ciência e Tecnologia.

Quero concluir dizendo que vamos votar a favor deste projeto, pois, após um período de escuridão, acendeu-se uma luz. Empréstimo tem que ser feito em moeda nacional. Não tem dinheiro no Banco do Brasil? Procurem a Caixa Econômica Federal. Não tem dinheiro? Procurem os fundos de pensão. Não tem? Procurem o BNDES. O Brasil tem recursos para fazer investimentos em infraestrutura.

Felizmente, agora estamos fazendo empréstimos em moeda nacional e, por isso, a bancada do PSOL votará favoravelmente. Fica aqui esse registro: no passado, muitos prejuízos foram gerados para a população de São Paulo por conta de empréstimos em dólar.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sra. Presidente, indago a V. Exa. se teremos outra sessão extraordinária e se a Presidência efetiva da Casa já elaborou a pauta para que eu possa informar aos membros do chamado bloquinho, por cujos membros tenho profundo respeito e grande carinho.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nobre deputado, ainda não foi convocada sessão extraordinária nem tem pauta para ela.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Indago a V. Exa., Sra. Presidente, se a pauta será aquela acordada no Colégio de Líderes ou se teremos eventuais surpresas. Gostaria que V. Exa. se informasse junto à Presidência Efetiva para saber se posso me tranquilizar sobre o acordo que foi feito no Colégio de Líderes hoje à tarde.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vou verificar junto ao presidente e dou um retorno a Vossa Excelência.

Para falar contra, tem a palavra o nobre deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, deputado Barros Munhoz, deputada Marta Costa, minha querida amiga, quero dizer que o PSDB ganha do PT em tudo. Em matéria de acusação, até na Lava Jato a acusação ao PSDB é maior do que ao PT. Em termos de valores, deputado Barros Munhoz, a maior acusação na Lava Jato foi feita contra o ex-governador de Pernambuco: de que, segundo Paulo Roberto Costa, teria passado para ele 20 milhões de reais.

Eu, deputado Barros Munhoz, não vou pegar como verdade absoluta aquilo que foi feito por um sujeito como Paulo Roberto Costa, que é um bandido, um ladrão e numa delação premiada não sei se é verdade ou mentira.

A segunda maior acusação ele fez contra o ex-presidente do seu partido Sérgio Guerra: de que teria recebido 10 milhões de reais. Vou repetir: 10 milhões de reais. Sabe para que? Para que em 2011 ele, Sérgio Guerra, e o senador Álvaro Dias deixassem a CPI da Petrobras. Dez milhões, deputado Raul Marcelo.

O deputado pernambucano Henrique da Fonte, do PSB, esteve com Sérgio Guerra tanto para intermediar esse dinheiro quanto para buscar o dinheiro. Sérgio Guerra morreu, mas esse deputado está vivo! Não foi intimado para depor em nenhum momento pelo Ministério Público do Paraná.

Sérgio Guerra morreu, acabou o problema.

Não acabou não! Tem prova circunstancial.

Uma semana depois Paulo Roberto Costa diz que o dinheiro foi dado para eles abandonarem a CPI da Petrobras. Uma semana depois, deputado Raul Marcelo.

O Sr. Sérgio Guerra caiu fora da CPI, o Álvaro Dias caiu fora da CPI dizendo 'não, isso é um jogo de cartas marcadas'. Abandonaram a CPI, esvaziaram a CPI cumprindo aquilo que, segundo Paulo Roberto Costa, custou 10 milhões de reais.

Deputado Barros Munhoz, olha o telhado de vidro. Não é porque ele morreu que a culpa acabou. Sérgio Guerra é muito vulnerável. O Henrique da Fonte pode contar se as notas eram de 50 reais ou 100 reais. Esperamos que o Ministério Público do Paraná cumpra seu dever. Pare de ser tolerante com o tucanato e convoque Henrique da Fonte para dizer se as notas eram de 50 ou de 100 reais.

O mesmo Sergio Guerra, deputado Barros Munhoz, declarou que tinha 200 alqueires de terra numa no Pernambuco, perto de Recife. Ele dizia que tinha 200 alqueires de terra numa. O Ministério Público não foi atrás, ninguém mexeu com nada. Todo mundo acreditou que ele tinha 200 alqueires de terra numa.

Ele tem 200 cavalos de raça lá que não declarou no seu patrimônio. O mais barato custa 15 mil reais, que é cavalo pé duro. Acho que o enganaram, mas como tinha muito dinheiro deixou passar.

Vou lembrar o deputado Barros Munhoz de algumas coisas. Acho que o PSDB é inímitável no estado de São Paulo. Acho mesmo! Acho até que mereço. Acho até que sou capaz de entender. Tudo bem, ele tem a imprensa na mão, o Judiciário é tolerante, o Ministério Público é tolerante. Acho que são inimitáveis mesmo. Não pode é exagerar.

Para não acreditar nesse exagero, não deixar levar por esse exagero, contarei algumas coisas. O Proer beneficiou sete bancos. Na época, custou para os cofres públicos 30 bilhões de reais. Se fizermos um ajuste em 13 anos, dá, mais ou menos, 60 bilhões de reais. É quase um ajuste que a Dilma está fazendo. Eles falaram: "Não. É para organizar o sistema bancário," etc.. Sabe quem foi beneficiado? Foi beneficiado o Banco Marka do titio Cacciola. Deputado Barros Munhoz, lembra do titio Cacciola? Foi beneficiado o Banco Econômico do titio Ângelo Calmon de Sá. Sabe quanto? Em número atualizado, nove bilhões de reais foi para o Banco Econômico, que faliu alguns meses depois dando um tombo na praça e no Governo brasileiro que emprestou o dinheiro. Isso num banco privado.

Se isso acontecesse no meu querido El Salvador, América Central, teria ido para a cadeia. O cara que fez isso teria ido para a cadeia! O ministro da Fazenda, na época, e o presidente da República teria uma ação de improbidade administrativa. Entregar 10 bilhões para um banco que faliu alguns meses depois? Não sabia que iria falir? E o Banco Nacional? Quem era o dono do Banco Nacional? Magalhães Pinto que estava interditado porque estava doente. Quem respondia pelo banco? Ana Lúcia Magalhães Pinto. Quem é Ana Lúcia Magalhães Pinto? Nora do presidente Fernando Henrique Cardoso. Olhe o nepotismo bancário, 10 bilhões para o banco da Ana Lúcia. Sabe o que aconteceu? Um ano e meio depois, o banco faliu e o dinheiro desapareceu.

Tivemos sete bancos beneficiados. Desses bancos só um não quebrou, o resto todos quebraram em até um ano e meio depois. No Banco Nacional foi 10 bilhões, põe qualquer lava jato no chinelo. Foi o dinheiro investido na família do Magalhães Pinto, no Fernando Henrique Cardoso na propriedade da sua nora e do seu filho.

Venho falando aqui e vou falar sempre que puder. Quem é Alexandre Bourgeois? É o genro de José Serra. Eu cito aqui por causa do deputado Barros Munhoz, que fala do Aloizio Mercadante, e eu falo do genro de José Serra. Alexandre Bourgeois, em 2001, recebeu sete milhões de dólares de uma Offshore, nas Ilhas Virgens Britânicas, de investimento na sua empresa. Aí, o pessoal do Banestado foi lá e caiu em cima dele. O que ele falou? "Não, eu recebi um investimento. Se aqueles que estão investindo não querem revelar a identidade, o problema é deles, mas eu recebi o investimento." Em 2013, muitos anos depois, quase 12 anos depois, um jornalista, Amaury Ribeiro, foi à Junta Comercial de Miami e descobriu que a Offshore, que tinha posto sete milhões aqui, era de propriedade do Sr. Alexandre Bourgeois.

Onde está o Ministério Público Federal? Cadê Rodrigo Janot, que não moveu uma palha para colocar na cadeia esse sujeito? Alexandre Bourgeois tinha de estar preso. E se não está preso é porque existe leniência no Ministério Público e na Justiça. Essa operação é ilegal: onde ele achou sete milhões de dólares? Ele recebeu ordem de prisão em 2012, e ela foi relaxada. Mas recebeu da Receita Federal por ter desviado, por não ter pagado o imposto. Esse homem é um criminoso não só porque não pagou o imposto. Vou falar, sempre que puder, de Alexandre Bourgeois.

Quero também falar de um colega seu, Robson Marinho, e colega do governador Geraldo Alckmin, que está pagando sozinho pelo trensão. Pobre diabo. Robson Marinho está pagando sozinho pelo trensão, e há mais gente que tinha de estar pagando pelo trensão. Por isso, proponho, e já fui falar para o Ministério Público, para o estado de São Paulo oferecer a Robson Marinho delação premiada. Aí quero ver, pedra sobre pedra, quando Robson Marinho - que foi chefe de gabinete do governador Covas, foi nosso colega na Assembleia Legislativa, amigo de várias pessoas que estão aqui - ter direito a fazer delação premiada. Ele não pode pagar sozinho.

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Copez.

Em relação ao projeto de revitalização da Tamoios, primeiro ele ia custar um bilhão e 900 milhões. Agora estão pedindo para aumentar 750 milhões, bem acima dos 25 por cento. Veja as razões. Digo que um aprendiz de pedreiro teria feito melhor isso. Estão justificando a razão do aumento dizendo que houve duplicação e a terceira via. Eu pergunto: isso não estava previsto? A pessoa que elaborou o projeto não previu isso? Alteração na configuração da seção dos túneis: que história é essa de alterar o túnel? Você planeja uma estrada e altera o túnel? Dizem: ajuste de traçado. Até a "Estrada Servidão Petrobras" eles não sabiam que existia. Isso é um escândalo! Vai ter que trocar um túnel de lugar porque tinha uma pedreira? Até eu, se pegar uma trens, seria capaz de descobrir que tinha uma pedreira no lugar.

Esse é o planejamento, é a forma tucana de administrar. Esse é o planejamento do governador Geraldo Alckmin. Isso não é planejamento no lugar nenhum, estão aumentando uma obra a olho. As razões que justificam: sítio arqueológico de São Francisco. As razões que levam a alterar o custo desse projeto são absolutamente denunciativas da falta total de planejamento, da falta de organização desse Governo. Isto aqui é um improviso fora do comum, absolutamente despropositado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Eu ainda vou voltar a esse assunto. Deputado José Américo, com todo o respeito que eu tenho por V. Exa., e é sincero, V. Exa. não está sendo justo com o cidadão que não tem nada a ver com isso. O deputado Rui Falcão é a melhor testemunha que eu posso invocar de que isso foi uma armação violenta, suja, sórdida de quem comandava a parte publicitária da campanha do PT, que foi afastado. Esse jornalista de quem V. Exa. fala, o Martins...

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Sobre o que V. Exa. está falando?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Foi colocado o Rui Falcão para disciplinar isso. (Falas sobrepostas.)

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Vossa Excelência está tentando pegar alguma coisa do PT para fugir do Alexandre Bourgeois. Defenda-o aqui, deputado Barros Munhoz.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa requerimento de método de votação do nobre deputado Cauê Macris que requer, nos termos regimentais, que a votação do Projeto de lei nº 995, de 2015, se processe na seguinte conformidade:

Item 1 - Projeto de lei nº 995, de 2015, salvo emendas;

Item 2 - Englobadamente as emendas de nºs 01 a 09.

Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Veja como, às vezes, a palavra empenhada tem que ser cumprida. Nós poderíamos, neste momento, pedir verificação de votação do método, mas estamos cumprindo o acordo, Sr. Presidente. É por isso que eu, ansiosamente, aguardo a pauta da segunda sessão extraordinária para que os acordos sejam devidamente cumpridos.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental. Antes, porém, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

Item 1 - Projeto de lei Complementar nº 22, de 2015, que cria a promotoria de enfrentamento à violência doméstica.

Item 2 - Serão apreciados os seguintes vetos: Item 1 a Item 53, que integram a ata de votação.

Não será pautado o projeto de lei que visa à adoção de medidas de segurança e conforto aos torcedores de jogos de futebol nessa sessão extraordinária.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Onde está o acordo dos projetos de deputados?

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A pauta foi feita de acordo com o que foi apresentado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Não, Sr. Presidente. Desculpe-me, mas eu invoco o testemunho de vários deputados que estavam lá de que nós acordamos que seriam votados projetos de deputados hoje. Não sendo cumprido o acordo, seremos absolutamente contrários à votação de qualquer projeto esta noite.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Por conveniência da ordem, esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos.

- Suspensa às 21 horas e 04 minutos, a sessão é reaberta às 21 horas e 21 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Copez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, desconvoca a segunda sessão extraordinária.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 21 horas e 21 minutos.

25 DE JUNHO DE 2015 67ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA, ABELARDO CAMARINHA, LECI BRANDÃO, LUIZ CARLOS GONDIM, LUIZ FERNANDO, FERNANDO CAPEZ, LUIZ TURCO e MARIA LÚCIA AMARY
Secretários: CARLOS GIANNAZI, FERNANDO CAPEZ e CAMPOS MACHADO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - ORLANDO BOLÇONE

Discorre sobre cerimônia de lançamento do Índice Paulista de Responsabilidade Social 2014, conduzida pelo presidente Fernando Copez. Destaca o objetivo do indicador. Cita aspectos avaliados por ele, como a Saúde, que será medida pela longevidade, a Educação, pelo tempo em que os estudantes permanecem nas escolas, até concluir a formação, e no que tange à riqueza, composto de diversos indicadores econômicos. Reflete sobre a relevância do IPRS, uma vez que seu enfoque é sobre o desenvolvimento humano de todas as regiões paulistas, contribuindo para a tomada de decisões e para a implantação de políticas públicas adequadas.

3 - CARLOS GIANNAZI

Declara indignação e perplexidade diante de postura do governador Geraldo Alckmin para com a Educação. Acusa a autoridade de afrontar a legislação de ensino vigente, tanto em âmbito federal como estadual. Exemplifica dizendo que a data-base dos professores, no mês de março, não é respeitada. Combate a falta de previsão orçamentária para o setor. Defende alterações na lei que prevê a contratação de professores da categoria O. Diz que uma proposta do governo estadual vai amenizar, mas não solucionar, em definitivo, o problema. Considera irresponsabilidade do Executivo o não envio, até o momento, de um esboço para o Plano Estadual de Educação.

4 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Informa o cancelamento da sessão solene, antes convocada para 26/6, às 10 horas, que teria a finalidade de "Homenagear o Corpo de Bombeiros".

5 - ABELARDO CAMARINHA

Assume a Presidência.

6 - CORONEL TELHADA

Presta esclarecimentos sobre ocorrência policial na última terça-feira, 23/6, em que um cabo da PM perseguiu e aborudou dois criminosos que fugiam em uma moto roubada. Defende a ação, por parte do cabo de Souza, que se encontra afastado da corporação para avaliações psíquicas, tratamento que, aditou, é padrão da Polícia Militar. Parabeniza a PM pelo resultado da operação, que culminou com a internação dos acusados de roubo.

7 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

8 - ABELARDO CAMARINHA

Rebate fala do deputado Carlos Giannazi acerca de críticas feitas ao governador Geraldo Alckmin. Diz que países como Japão e Estados Unidos destinam 25 e 22% respectivamente para a Educação, enquanto, no Brasil, o repasse é de apenas 4% do orçamento federal. Lamenta o fechamento do Hospital São Paulo, que está em greve por corte de recursos públicos. Lembra que o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, prometera a implantação de 100 mil vagas de creches, mas que nem 20 mil foram entregues. Considera que todos esses problemas são reflexos do ajuste fiscal, promovido pelo governo federal. Repudia o desvio de recursos públicos, por conta da corrupção.

9 - LUIZ CARLOS GONDIM

Fala sobre seminário ocorrido ontem, 24/6, neste Parlamento, para debater as formas de repasses de recursos para entidades filantrópicas. Acrescenta que essas instituições deverão se adaptar às novos critérios, visando atender à Lei 13.019/14, que entrará em vigor em 30/6. Apela à presidente Dilma Rousseff que prorroge o prazo, de forma que a lei só passe a valer em 2016. Chama a atenção para as dificuldades financeiras que Santas Casas e Apaes enfrentarão, uma vez que terão que ajustar seus estatutos às novas regras legais.

10 - LUIZ CARLOS GONDIM

Assume a Presidência.

11 - LECI BRANDÃO

Declara apoio do PCdoB no que tange à prorrogação de lei que destina recursos para entidades filantrópicas. Agradece aos que participaram da sessão solene para "Entrega da Medalha Theodosina Ribeiro", ocorrida em 19/6. Lê e comenta abaixo-assinado que denuncia a perseguição sofrida por defensores de cotas raciais e de universidade pública. Tece críticas à reitoria da USP, a quem chama de atrasada, diante de posicionamento racista.

12 - LUIZ FERNANDO

Assume a Presidência.

13 - PROFESSOR AURIEL

Faz reflexão sobre a terceirização no Brasil, modalidade na qual estão inseridas cerca de 12 milhões de pessoas. Menciona conflito entre funcionários terceirizados, que prestam serviços nesta Assembleia, com a empresa que os contratou. Pede o apoio de seus pares para que intermedeio o problema, garantindo os direitos trabalhistas da categoria.

14 - PROFESSOR AURIEL

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE LUIZ FERNANDO

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h26min.

ORDEM DO DIA

16 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h30min. Coloca em votação o PL 995/15; com requerimento de método de votação já aprovado.

17 - GERALDO CRUZ

Para comunicação, pede à Presidência que explique a pauta da sessão de hoje.

18 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Responde ao parlamentar.

19 - CAMPOS MACHADO

Para reclamação, afirma que devido à velocidade da fala do Sr. Presidente, não foi possível falar pelo artigo 82, antes de entrar na Ordem do Dia. Pede que o presidente Fernando Copez seja mais complacente e calmo. Ressalta que esperou durante 45 minutos a reunião do Colégio de Líderes, que não ocorreu.

20 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, registra a presença de grupo de estudantes da Educação Pré Militar, das cidades de Sorocaba, Porto Feliz, São Paulo e Taboão da Serra, que vieram conhecer os trabalhos desta Casa.

21 - MILTON VIEIRA

Para comunicação, cumprimenta os alunos que hoje visitam este Parlamento. Registra a presença do secretário de Esportes de Itaquaquecetuba.

22 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Coloca em votação o PL 995/15, salvo emendas. Concede a palavra ao deputado Campos Machado, para encaminhar a votação do PL 995/15, salvo emendas, em nome do PTB.

23 - GERALDO CRUZ

Requer verificação de presença.

24 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido.

25 - CAMPOS MACHADO

Para reclamação, solicita que o presidente Fernando Copez, juntamente com este deputado, assuma a secretaria dos trabalhos de verificação de presença.

26 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido.

27 - LUIZ TURCO

Assume a Presidência.

28 - GERALDO CRUZ

Solicita a retirada do pedido de verificação de presença.

29 - FERNANDO CAPEZ

Alega que o pedido é antiregimental.

30 - CAUÊ MACRIS

Solicita a suspensão dos trabalhos, ao alegar a constatação, visualmente, de 24 deputados em plenário.

31 - FERNANDO CAPEZ

Solicita a continuidade do processo.

32 - PRESIDENTE LUIZ TURCO

Defere o pedido. Interrompe a chamada de verificação de presença, ao observar quorum regimental para a continuidade da sessão.

33 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a direção dos trabalhos e coloca em votação o PL 995/15, salvo emendas. Concede a palavra ao deputado Campos Machado, para encaminhar a votação do PL 995/15, salvo emendas, em nome do PTB.

34 - CAUÊ MACRIS

Solicita a suspensão da sessão por 20 minutos, por acordo de lideranças.

35 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido por dez minutos e suspende a sessão às 16h45min.

36 - MARIA LÚCIA AMARY

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h02min.

37 - GILMACI SANTOS

Requer a suspensão dos trabalhos por 15 minutos, com anuência das lideranças.

38 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido e suspende às 17h02min; reabrindo-a às 17h23min.

39 - BARROS MUNHOZ

Solicita a suspensão dos trabalhos por 20 minutos, para entendimento das lideranças.

40 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido e suspende a sessão às 17h23min;

reabrindo-a as 17h50min.

41 - BARROS MUNHOZ

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 18 horas, com assentimento das lideranças.

42 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido às 17h50min.

43 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 18h02min, coloca em votação e declara aprovado o PL 995/15, salvo emendas.

44 - GERALDO CRUZ

Solicita verificação de votação. 45 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico. Registra a presença de alunos de Direito, da Faculdade de Diadema, a convite do deputado Campos Machado.

46 - CAUÊ MACRIS

Para reclamação, solicita ao deputado Geraldo Cruz que retire o pedido de verificação de votação, para que a pauta da sessão extraordinária de 24/06 seja mantida.

47 - ESTEVAM GALVÃO

Para reclamação, apela ao líder do PT, aos deputados do PT e a todas as lideranças desta Casa para que a pauta de 24